www.revistaft.com.br

Revista FT | ISSN 1678-0817 | v. 30, n. 163, 2026 | DOI: 10.69849/ernpk152

Automedicação na população adulta: riscos à saúde e fatores associados

Self-medication in adults: health risks and associated factors

Maria Eduarda Santana Bruneto[1]
João Victor Santana Bruneto[2]

Resumo

A automedicação é uma prática frequente, influenciada por fatores individuais, sociais e pelo acesso aos serviços de saúde. Este artigo analisa fatores associados à automedicação na população adulta e seus possíveis riscos, com base em revisão narrativa de nove artigos científicos nacionais e internacionais. A literatura aponta diferenças importantes na frequência dessa prática conforme a população e os critérios de investigação. Entre os problemas identificados estão o uso inadequado de analgésicos e antibióticos, as intoxicações medicamentosas e a utilização de informações de saúde sem orientação profissional. Para prevenção, é importante o paciente ter orientação farmacêutica, orientação médica e acesso oportuno à assistência, considerando o medicamento utilizado e as condições de cada pessoa.
Palavras-chave: automedicação; uso racional de medicamentos; população adulta; intoxicação medicamentosa; assistência farmacêutica.

Abstract

Self-medication is a common practice influenced by individual and social factors as well as access to healthcare. This article examines factors associated with self-medication among adults and its potential health risks through a narrative review of nine Brazilian and international scientific articles. The literature shows considerable variation in reported prevalence according to the populations and methods studied. Key concerns include inappropriate use of analgesics and antibiotics, medication-related poisoning, and reliance on health information without professional advice. Prevention should therefore combine reliable information, pharmaceutical counseling, and timely access to healthcare, taking into account the medicine involved and each person's circumstances.
Keywords: self-medication; rational use of medicines; adult population; drug poisoning; pharmaceutical care.

[1]Superior Completo. Instituição: Uniceub em Brasília (CEUB) - Brasília - DF. E-mail: mariabruneto@gmail.com
[2]Superior Incompleto. Instituição: Uniceub em Brasília (CEUB) - Brasília - DF. E-mail: joaobruneto03@gmail.com

Introdução

A automedicação ocorre quando uma pessoa utiliza medicamentos por iniciativa própria, sem avaliação profissional específica para aquele episódio de saúde. A prática pode envolver medicamentos isentos de prescrição, mas também o reaproveitamento de receitas e o uso de substâncias que exigem acompanhamento. Seus riscos dependem do produto, da dose, do tempo de uso e das condições clínicas de quem o utiliza. Entre as possíveis consequências estão reações adversas, interações medicamentosas, intoxicações e atraso no diagnóstico de doenças (Domingues et al., 2015; Barros et al., 2019).

No Brasil, a frequência da automedicação varia, influenciada pelas características das populações e pela forma de investigar o consumo de medicamentos (Arrais et al., 2016; Pons et al., 2017). Além das decisões individuais, entram nessa discussão a disponibilidade de medicamentos no domicílio, as dificuldades de acesso à assistência e a circulação de informações na internet. O uso de antibióticos sem indicação adequada acrescenta uma preocupação coletiva, relacionada à resistência aos antimicrobianos (Gashaw et al., 2025).

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é reunir e analisar evidências sobre a automedicação em adultos, seus fatores associados e suas repercussões para a saúde, apontando implicações para a orientação e a prevenção.

Metodologia

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, de caráter descritivo e analítico, a partir de nove artigos científicos publicados entre 2015 e 2025, selecionados por sua pertinência ao tema. Foram contempladas pesquisas brasileiras e internacionais sobre frequência da automedicação, fatores associados, uso de medicamentos específicos e intoxicações relacionadas à prática.

A análise considerou a população estudada, a definição de automedicação, o período investigado e os principais resultados de cada artigo. Para escolha de artigos, foram utilizadas as seguintes palavras-chaves, “auto medicação”, “uso racional de medicamentos”, “população adulta”, “intoxicação medicamentosa” e “assistência farmacêutica”.

Resultados

As pesquisas brasileiras apresentaram estimativas distintas de automedicação. Domingues et al. (2015), em revisão sistemática, encontraram prevalência de 35,0% a partir de três estudos com período recordatório de 15 dias. Arrais et al. (2016), com dados de inquérito nacional que incluiu diferentes faixas etárias, identificaram prevalência de 16,1%. Como as populações e os critérios de aferição diferem, esses percentuais não permitem inferir tendência de aumento ou

redução. Pons et al. (2017), utilizando a base da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (PNAUM), investigaram fatores associados à prática. Como parte dos trabalhos utiliza a mesma fonte de dados, seus resultados não representam necessariamente amostras independentes.

Em pesquisas com recortes específicos, Barros et al. (2019) examinaram o uso de analgésicos e os riscos relacionados à automedicação, enquanto Cecilio et al. (2024) abordaram a prática entre universitários no contexto da pandemia de Covid-19. Esses grupos oferecem informações relevantes, mas não representam a população adulta brasileira como um todo.

Os danos associados ao uso inadequado também foram documentados. Pereira et al. (2025) analisaram 23.859 notificações de intoxicação por automedicação no Brasil, relativas ao período de 2014 a 2023, após a aplicação dos critérios de seleção. As mulheres corresponderam a 70,8% dos registros. Esses dados se referem a intoxicações notificadas.

No contexto internacional, Yeamans et al. (2024) investigaram a automedicação na população da União Europeia. Gashaw et al. (2025), em síntese de pesquisas sobre automedicação com antibióticos, estimaram prevalência agrupada de 43,0%, com heterogeneidade elevada entre os estudos. Prado-Aranzábal et al. (2025) examinaram, entre adultos peruanos, fatores associados à busca de informações de saúde na internet e à automedicação.

Discussão

Os artigos analisados indicam que a automedicação precisa ser avaliada segundo as circunstâncias de uso. A utilização de um medicamento isento de prescrição, de acordo com suas orientações, apresenta questões diferentes da reutilização de uma receita antiga ou do consumo de antibióticos sem avaliação adequada. Assim, a orientação em saúde deve considerar o risco concreto de cada situação, em vez de tratar todas as formas de autocuidado como equivalentes.

A variação das estimativas nacionais demonstra a necessidade de critérios claros de investigação. O que se entende por automedicação, a duração do período recordatório e o perfil dos participantes influenciam os resultados. Por isso, dados provenientes de levantamentos distintos devem orientar a identificação de problemas, mas não ser interpretados isoladamente como medida definitiva da frequência da prática no país (Domingues et al., 2015; Arrais et al., 2016).

Os fatores associados à automedicação também precisam ser interpretados com cautela. Informações obtidas em pesquisas transversais podem indicar relações com características individuais e condições de acesso, mas não demonstram, por si só, o que causou a decisão de usar um medicamento sem orientação. O estudo da PNAUM oferece elementos para

compreender essas circunstâncias sem atribuir o comportamento a uma causa única (Pons et al., 2017).

As intoxicações notificadas evidenciam uma consequência concreta da utilização insegura de medicamentos. Entretanto, os registros de vigilância dependem da identificação e da notificação dos casos e não permitem calcular diretamente o risco de intoxicação para cada pessoa que se automedica. A prevenção, nesse contexto, deve enfatizar doses, contra indicações, interações e sinais que exigem atendimento (Pereira et al., 2025).

A automedicação com antibióticos merece atenção específica pela possibilidade de contribuir para a resistência bacteriana. A ampla variação entre os estudos internacionais recomenda prudência ao transportar estimativas de uma região para outra. Já as pesquisas sobre informação digital e universitários sugerem que o acesso ao conhecimento não garante, isoladamente, decisões seguras sobre medicamentos (Gashaw et al., 2025; Prado-Aranzábal et al., 2025; Cecilio et al., 2024).

Em conjunto, esses achados favorecem ações educativas que expliquem quando um medicamento pode ser utilizado com segurança e quando é necessária avaliação profissional. Orientação farmacêutica, comunicação acessível e atendimento oportuno são medidas plausíveis de proteção, embora os artigos reunidos não permitam determinar qual estratégia isolada é mais eficaz. A natureza narrativa desta revisão e as diferenças metodológicas entre as fontes restringem a generalização de suas conclusões.

Conclusão

A revisão mostra que a automedicação na população adulta envolve práticas de risco desigual e está relacionada a fatores que ultrapassam a decisão individual. A literatura documenta uso inadequado de medicamentos e casos de intoxicação, mas a diversidade dos métodos empregados impede resumir o fenômeno em uma única estimativa de frequência.

Uma abordagem preventiva consistente deve incentivar o uso racional de medicamentos, oferecer orientação farmacêutica e facilitar o acesso à avaliação clínica quando necessária.

Referências

ARRAIS, P. S. D. et al. Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. Revista de Saúde Pública, v. 50, supl. 2, art. 13s, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S15188787.2016050006117. Acesso em: 27 out. 2026.

BARROS, G. A. M. et al. Uso de analgésicos e o risco da automedicação em amostra de população urbana: estudo transversal. Revista Brasileira de Anestesiologia, v. 69, n. 6, p. 529–536, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.bjan.2019.09.005. Acesso em: 27 out. 2026.

CECILIO, S. G. et al. Impacto da Covid-19 na prática de automedicação em estudantes universitários. Trabalho, Educação e Saúde, v. 22, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2368. Acesso em: 27 out. 2026.

DOMINGUES, P. H. F. et al. Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: revisão sistemática. Revista de Saúde Pública, v. 49, art. 36, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-8910.2015049005709. Acesso em: 27 out. 2026.

GASHAW, T. et al. The global prevalence of antibiotic self-medication among the adult population: systematic review and meta-analysis. Systematic Reviews, v. 14, art. 49, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13643-025-02783-6. Acesso em: 27 out. 2026.

PEREIRA, L. B. et al. Epidemiological profile of exogenous intoxications by self-medication in Brazil: a decade of trends and the impact of the COVID-19. Pharmacoepidemiology and Drug Safety, v. 34, n. 11, e70269, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1002/pds.70269. Acesso em: 27 out. 2026.

PONS, E. S. et al. Predisposing factors to the practice of self-medication in Brazil: results from the National Survey on Access, Use and Promotion of Rational Use of Medicines (PNAUM). PLOS ONE, v. 12, n. 12, e0189098, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0189098. Acesso em: 27 out. 2026.

PRADO-ARANZÁBAL, V. F. et al. Factors associated with the use of health information on the internet and self-medication: a cross-sectional study of Peruvian adults. Digital Health, v. 11, 20552076251355195, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1177/20552076251355195. Acesso em: 27 out. 2026.

YEAMANS, S. et al. Self-medication among general population in the European Union: prevalence and associated factors. European Journal of Epidemiology, v. 39, p. 977–990, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10654-024-01153-1. Acesso em: 27 out. 2026.